



Informe de Política Exterior Brasileira Nº 719 24/07/2022 a 30/07/2022¹

unesp

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Prof^a. Dr^a. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Prof^a. Dr^a. Érica Cristina Winand, Prof^a. Dr^a. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Prof^a. Dr^a. Bárbara Motta, Prof^a. Dr^a. Lívia Peres Milani, Prof. Me. Guilherme Paul Berdu, Prof. Me. Davi Antonino Guimarães, Adler Silva, Ailton Salvadori, Anne Gabrielle Cruz, Enio Sacramento, Gabriela Guillardi, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Vítor Azeredo Binelli.

Equipe de redação: Adler Silva, Ailton Salvadori, Anne Gabrielle Cruz, Enio Sacramento, Gabriela Guillardi, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Vítor Azeredo Binelli.

¹ Nos dias 29 e 30 de julho não houve notícias sobre política exterior brasileira.



Observatório de Política Exterior Brasileira

*Aviso sobre nosso podcast "Diálogos de Política Exterior": O vigésimo primeiro episódio, com o tema "Relações Brasil - Chile", já está disponível em diversas plataformas de streaming, que podem ser acessadas por meio do nosso <u>linktr.ee</u>. Publicamos guinzenalmente!

Itamaraty não respondeu questionamentos sobre a reunião com embaixadores estrangeiros

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi questionado por veículo de imprensa brasileiro sobre o tema e a função do ministro das Relações Exteriores, Carlos França, na reunião organizada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) com embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada, em Brasília. O encontro ocorreu no dia 18 de julho e foi classificado por diplomatas e especialistas como muito negativo para a imagem do Itamaraty no exterior. O MRE não respondeu aos questionamentos citados (Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo - 24/07/2022).

Ministro da Defesa deve assinar compromisso com a democracia

Em Brasília, ao fim da 15ª edição da Conferência de Ministros de Defesa das Américas, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, deve assinar documento no dia 28 de julho atestando compromisso com a democracia brasileira. O documento, intitulado Declaração de Brasília, consta com a reafirmação do compromisso com a democracia como primeiro item do esboço, afirmando que deve haver respeito pleno à Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Carta Democrática Interamericana. Além disso, o esboço da carta destaca o impulsionamento de ações ambientais contra práticas ilegais de caça, pesca e exploração mineral e florestal. O evento ocorre a cada dois anos e conta com a presença dos ministros da Defesa de países do continente americano (Folha de S. Paulo – On-line – Colunas e Blogs – 26/07/2022; Folha de S. Paulo - Impresso - Política - 26/07/2022).

Ministro da Defesa declarou que respeita a Carta Democrática Interamericana e se reuniu com secretário de Defesa dos EUA

No dia 26 de julho, em Brasília, por meio de discurso durante a 15ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmou respeitar a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Carta Democrática Interamericana, bem como seus valores, princípios e mecanismos. Nogueira também declarou que se deve buscar a consolidação e a preservação dos processos democráticos na região a fim de garantir a segurança no hemisfério. Ainda, o ministro reiterou que apoia as diretrizes desta conferência, dentre elas a cooperação e a integração dos Estados membros, além da defesa da soberania de cada país e seu ordenamento jurídico. Por fim, no dia 27 de julho, durante reunião bilateral, o secretário de Defesa dos Estados



Observatório de Política Exterior Brasileira

Unidos, Lloyd Austin, afirmou a Nogueira que o governo estadunidense espera que o Brasil mantenha a tradição de realizar eleições justas e transparentes neste ano (<u>O Estado de S. Paulo - On-line - Política - 26/07/2022</u>; Folha de S. Paulo - On-line - Política - 27/07/2022; Folha de S. Paulo - Impresso - Política - 27/07/2022; O Estado de S. Paulo - Impresso - Política - 27/07/2022).

Itamaraty informou retorno de embaixador brasileiro à Kiev

No dia 26 de julho, por meio de nota, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que instruiu o retorno do embaixador do Brasil na Ucrânia, Norton Rapesta, à Kiev, capital ucraniana. O diplomata havia deixado a cidade no início da guerra entre a Ucrânia e a Rússia no começo de março. Além disso, o Itamaraty declarou que vai encerrar os trabalhos dos postos temporários de atendimento consular em Chisinau, na Moldávia, Kosice, na Eslováquia, e em Lviv e Tchernivtsi, na Ucrânia. Por fim, o MRE reforçou que o governo recomenda que cidadãos brasileiros não ingressem ao país europeu e informou que a pasta continua atenta à evolução do conflito (Folha de S. Paulo- Impresso - Política - 27/07/2022).

Brasil assinou com ressalvas declaração emitida por ministros da Defesa dos Estados das Américas

No dia 28 de julho, por meio de texto intitulado Declaração de Brasília e assinado por 21 países, os ministros da Defesa dos Estados das Américas aprovaram um documento em que repudiam os ataques da Rússia contra a Ucrânia, apesar da ressalva demonstrada pelo Brasil. A assinatura ocorreu durante o encerramento da 15^a Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA), sendo que Brasil, Argentina e México apresentaram relutância à declaração. Por sua vez, os dois primeiros consideraram que a Organização das Nações Unidas é o foro com mandato adequado para tratar do conflito na Ucrânia, enquanto o Ministério da Defesa mexicano afirmou que o trecho não corresponde ao âmbito da CMDA, visto que, em base à compatibilidade dos princípios de política exterior do México, não é possível aderir seu conhecimento. A saber, em minuta de declaração enviada pelo governo do Brasil antes do evento, as autoridades do país não haviam incluído repúdio à invasão russa e, em reuniões prévias, os representantes do Ministério da Defesa afirmaram que o tema não deveria ser tratado no âmbito da conferência, citando organismos internacionais mais apropriados para a tratativa de assuntos afetos a esse conflito. Por meio de nota, o Ministério afirmou que o Brasil já tem posição firmada sobre a querra em fóruns internacionais, por meio de sua diplomacia. Ainda, foram discutidos o apoio dos países-membros da Organização dos Estados Americanos ao maior aporte orçamentário para a Junta Interamericana de Defesa e avanços na legislação sobre ciberdefesa. Por último, houve também menção por parte de outros países às eleições brasileiras em outubro, e apelos para que a mesma ocorra de forma transparente (O Estado de S. Paulo - On-line -Internacional - 27/07/2022, Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 28/07/2022, O Estado de S. Paulo - On-line - Internacional - 28/07/2022).



Observatório de Política Exterior Brasileira

Ministério brasileiro confirmou apoio de chanceler da Hungria à reeleição de Bolsonaro

No dia 28 de julho, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos afirmou que o chanceler da Hungria, Péter Szijjártó quis prestar apoio público à gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), e que sua oferta de ajuda para a sua reeleição não ocorreu no sentido de interferir no processo eleitoral brasileiro. Por meio de reunião com a ministra Cristiane Britto, na Inglaterra, no início de julho, Szijjártó ofereceu ajuda para a reeleição do atual presidente do Brasil. A saber, Britto afirmou ter solicitado o encontro porque os países compartilham a mesma visão sobre o conceito de família, e também devido ao interesse do chanceler em saber mais do cenário eleitoral, que questionou se haveria algo que o governo húngaro poderia fazer para ajudar na reeleição de Bolsonaro. Segundo o comunicado do Ministério, a ministra e toda a comitiva entenderam que o posicionamento do representante húngaro ocorreu em demonstração de apreço, no sentido de prestar apoio público a esta gestão, e nunca de interferência daquele país no processo eleitoral brasileiro. Diante do acontecimento, o deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) anunciou que pretende apresentar um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara para convocar Britto. O objetivo é esclarecer a oferta de ajuda da Hungria na reeleição de Bolsonaro, haja vista o princípio da não intervenção, em que nenhum país pode interferir no processo eleitoral brasileiro. Ainda, o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) da Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (MG), avaliou que o caso pode configurar crime eleitoral (Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 28/07/2022; Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo -28/07/2022).